



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
GUARABIRA-CAMPUS III  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA CULTURAL**

**MARIA JANILMA PEREIRA NOGUEIRA**

**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ANÁLISE DA  
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LÚCIA BRAGA NA PARAÍBA**

**Guarabira – PB**

**2012**

**MARIA JANILMA PEREIRA NOGUEIRA**

**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ANÁLISE DA  
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LÚCIA BRAGA NA PARAÍBA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História como pré-requisitos para a obtenção do título de Especialista em História Cultural. Sob a orientação da professora Doutora Alômia Abrantes da Silva.

**Guarabira - PB**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

N326e

Nogueira, Maria Janilma Pereira

Entre o público e o privado: Uma análise da trajetória política de Lúcia Braga na Paraíba / Maria Janilma Pereira Nogueira. – Guarabira: UEPB, 2012.

44f.; II.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Histórias Culturais) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr<sup>a</sup>. Alômia Abrantes da Silva”.

1. História Cultural 2. Política (Paraíba) 3. Lúcia Braga I. Título.

22.ed. CDD 981.33

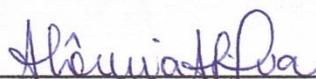
**MARIA JANILMA PEREIRA NOGUEIRA**

**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UMA ANÁLISE DA  
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LÚCIA BRAGA NA PARAÍBA**

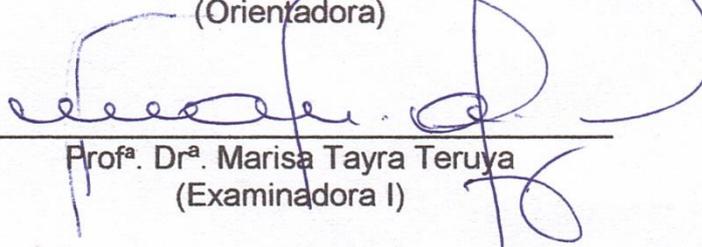
Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História como pré-requisitos para a obtenção do título de Especialista em História Cultural.

Aprovada em 19 de Junho de 2012.

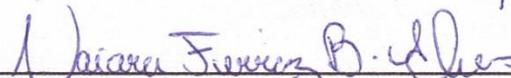
**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alômia Abrantes da Silva  
(Orientadora)



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa Tayra Teruya  
(Examinadora I)



Prof<sup>a</sup>. Ms. Naiara Ferraz Bandeira Alves  
(Examinador II)

Dedico este trabalho a Lúcia, José, Janiele, Jonas, João Pedro, Zé Neto e Maria Rosa, respectivamente, mãe, pai, irmãos, sobrinho e avó. Minha base, minha família.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a **Deus** que acredito estar ao meu lado sempre.

Agradeço a minha mãe que, do seu jeito, me encoraja e me dar força nos momentos em que mais preciso. A meu pai, que nunca deixou de acreditar em mim.

À amiga Sharlene pelo companheirismo e disponibilidade de ouvir e ler meus textos.

À amiga Luziana, que esteve comigo nesta jornada de estudo, compartilhando alegrias e dificuldades.

As amigas: Rafaela, Joelma, Raquel, Rosalba e Kátia que sempre me apoiaram.

À minha professora e orientadora Alômia Abrantes, que me ajudou a concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica: a especialização. Agradeço por sua dedicação.

As professoras e professores da Especialização que contribuíram para a minha formação;

Aos meus colegas de sala, pelas histórias e lembranças do nosso convívio.

Agradeço a todos!

“Ser ator principal no palco da vida não significa não falhar, não chorar, deixar de tropeçar, ter reações de insegurança ou, às vezes, atitudes tolas. Ser ator principal significa refazer caminhos, reconhecer erros e aprender a deixar de ser aprisionado pelos pensamentos e emoções doentias”.

(Augusto Cury)

## RESUMO

Este trabalho pensa as relações de gênero existentes entre o espaço público e privado, segundo, a trajetória política de Lúcia Braga na Paraíba. Objetivando analisar, a partir de um viés cultural, como se deu o processo de inserção política de Lúcia na década de 1980. A presente monografia realizou-se por meio do uso de referências bibliográficas, incursões feitas ao sítio eletrônico do TRE, visitas ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e também o livro de memórias da própria Lúcia Braga. Assim, percebemos que Lúcia Braga mesmo tendo consciência de estar num espaço vivenciado há mais tempo pelo sexo masculino, não teve receio de defender suas convicções políticas. Contudo, numa constante aliança de papéis, procurou manter o lado público e o privado de sua vida consonante.

**Palavras-chave:** cultura, mulher/ política, Lúcia Braga.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2 GÊNRO E POLÍTICA NUMA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CULTURAL.....</b>	<b>10</b>
<b>3 A MULHER E A POLÍTICA BRASILEIRA.....</b>	<b>19</b>
<b>4 LÚCIA BRAGA E UMA POLÍTICA DE “CONCILIAÇÃO” DE PAPÉIS FEMININO.....</b>	<b>30</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante séculos as mulheres brasileiras foram mantidas longe dos espaços públicos de poder, essa exclusão feminina era justificada na natureza dos sexos. Ser homem era estar apto a participação política, a mulher, por sua vez, se constituiu em personagem da esfera do mundo privado. Nesse sentido, a sociedade civil estaria alicerçada na dicotomia dessas duas esferas que são opostas e interdependentes entres si.

O Movimento Feminista e /ou Movimento de Mulheres no Brasil, começaram a indagar tal dualismo, pondo em questão a “naturalização” dos sexos. Negando os tradicionais papéis de gênero que foram construídos durante a história da humanidade. A proposta do Movimento é a emancipação feminina desses espaços que aprisionam, oprimem e subjugam as mulheres.

O enfoque da pesquisa será a figura de Lúcia Braga no contexto político da Paraíba, com o objetivo de mostrar de que forma a mulher paraibana “conseguiu” adentrar e se afirmar nesse espaço de massiva participação masculina.

A imprensa local e o livro “Tempo de Viver, Tempo de Contar” de Lúcia serão as fontes principais da pesquisa. Que tem como recorte temporal a década de 1980, por ser este um período de mudanças no Brasil e, sobretudo, na Paraíba.

Para tanto, os argumentos de Glória Rabay e Maria Eulina Carvalho que escrevem sobre um cenário de inserção feminina na política paraibana serão contemplados. Carole Pateman e suas questões acerca do contratualismo clássico que denominou a mulher como indivíduo subalterno, não participante do contrato formador da sociedade civil, ajudará na compreensão dessa legitimação de sujeição prática e teórica da mulher.

No intuito de apreendermos a política e as relações de gênero num âmbito cultural, utilizaremos os conceitos de Peter Burke e Sandra J. Pesavento. Outros teóricos(as) como: Tânia Navarro, Raquel Paiva, Tânia Brabo dentre outros(as) que pensam a submissão feminina na política e escrevem apontando como essa sujeição foi se constituindo no país durante a história, também são considerados nesta pesquisa.

No primeiro momento, veremos a política e as relações de gênero segundo um enfoque cultural. Para tanto, serão utilizados os conceitos ligados a história cultural e ao mundo simbólico. A cultura como construtora de identidades, onde os

valores, hábitos e costumes são passados para os indivíduos que se constituem como membros da sociedade.

No segundo momento, buscaremos compreender como a política brasileira manteve as mulheres longe dos espaços públicos de poder. Com o Movimento Feminista, mostraremos as lutas das mulheres pela conquista do direito político. Contudo, mesmo depois de conseguir “espaço” no meio público, a mulher, que se manteve na esfera do doméstico durante séculos, passa por novas dificuldades de afirmação.

No terceiro momento, prosseguindo a análise de inserção política da mulher, enfocaremos a figura de Lúcia Braga na vida pública da Paraíba. Lúcia caracteriza uma das primeiras rachaduras do sistema político tradicional no Estado, desenvolvendo uma política onde busca conciliar o lado público e o lado privado de sua vida.

Podemos observar que a participação política da mulher brasileira vem se desenvolvendo de maneira gradativa. Contudo, vivenciamos um paradoxo, somos maioria no eleitorado, porém, no que se refere à representação política no Legislativo a participação e presença feminina é reduzida.

## 2 GÊNERO E POLÍTICA NUMA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA CULTURAL

Pensar a presença feminina no campo de atuação política no Brasil, principalmente relacionada à política de Estado, ainda é algo recente, uma vez que recente é também tal atuação. Por isso, teóricos(as) das mais diversas áreas tateiam conceitos, levantam fontes, sugerem alternativas de olhar. Em nosso caso, tentando mapear e compreender a trajetória de uma representante dessa visibilidade conquistada pelas mulheres partimos de algumas escolhas referenciais, que procuram pensar a política no âmbito da cultura, assim como as relações de gênero que as atravessam, e que procuramos assinalar ao longo deste capítulo.

A cultura de um povo constrói identidades e esse processo de construção é fundamental na vida do sujeito, pois é a partir daí que as atitudes, crenças, desejos dentre outros aspectos “delimitarão” a vida de cada um.

Nesse sentido, Peter Burke afirma que o termo cultura, em si, é problemático, pois num primeiro momento é costumeiro que ela se refira as questões ligadas às artes e às ciências, porém:

Depois foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar) (2005, p. 43).

A ideia de cultura expressa nos conceitos de antropólogos como Malinowski e Edward Tylor, é apresentada por Burke (2005, p. 43) da seguinte forma: para o primeiro a cultura abarcaria toda a herança de artefatos, bens, até chegar aos hábitos e valores expressos na sociedade. O segundo autor define cultura como “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”

A cultura seria uma espécie de alicerce de um povo, ou seja, é por meio dela que as gerações se reconheceriam enquanto componente de uma determinada comunidade.

Considerada um padrão, a cultura, para o antropólogo Clifford Gertz, é historicamente transmitida de significados que estão incorporados em símbolos, ou seja:

Um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida ( GERTZ *apud* BURKE, 2005, p. 52).

Dessa forma, é possível afirmar que a cultura está presente em toda parte, como um elemento de análise e de compreensão de uma dada situação.

Portanto, a história cultural emerge dentro do campo da história como instrumento que possibilite a análise dos discursos que podem ser expressos ou não na fala e nas atitudes dos sujeitos históricos, investigando por assim dizer os conceitos de verdade, ou as verdades construídas.

O interesse por história cultural, estudos culturais e cultura se tornou mais aparente entre as décadas de 1980 e 1990. Não se pode falar que a história cultural antes desse período não existia, pois ela remonta ao século XIX. A história cultural foi redescoberta a partir dos anos de 1970 e vem ganhando fôlego desde então.

Nesse sentido, o Feminismo contribuiu amplamente com a história cultural, pois estava buscando desmascarar os preconceitos do sexo masculino, e demonstrar que as mulheres também são partes constituintes da cultura, o que não se encontrava aparente na história tradicional:

[...] masculinidade e feminilidade são cada vez mais estudadas como papéis sociais, com roteiros distintos em diferentes culturas ou subculturas, roteiros originalmente apreendidos no colo da mãe – ou do pai – mesmo que mais tarde possam ser modificados por influência dos grupos, dos livros e de uma grande variedade de instituições, incluindo escolas, cortes e fábricas (BURKE, 2005, p. 108).

A história cultural estaria particularmente preocupada com o simbolismo que poderá ser encontrado em todos os lugares, isto é, da arte à vida cotidiana. Dessa maneira, os estudos culturais vêm contribuindo para ampliar concepções e compreensões da história e, em particular, pelo que nos interesse aqui, no que concerne à história dos gêneros.

Sandra Jatahy Pesavento (2003) considera a história cultural como regimes de verdades e não certezas, pensadas como absolutas. De acordo com a autora, a história cultural carrega em si, questões como: representação, imaginário, narrativas, ficção e sensibilidades. No que diz respeito à representação, a autora afirma que foi a partir das formulações do antropólogo francês Marcel Mauss e de seu tio, o sociólogo Émile Durkheim, que essa categoria foi incorporada pelos historiadores, tornando-se central no campo da história cultural.

É então, por meio das representações construídas sobre a realidade, que os indivíduos e grupos sociais dão sentido ao mundo em que vivem. A força da representação se dá, deste modo, pela capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. Pesavento afirma que as representações se inserem não em regimes de veracidade, mas de verossimilhança e credibilidade. Ela considera como proposta da história cultural, decifrar a realidade do passado por meio de suas representações. Tais representações, que se constroem como fontes através do olhar do historiador.

Por meio das representações, o indivíduo em seu tempo histórico, confere sentido ao mundo em que vive. As crenças, os mitos, as ideologias, conceitos e valores. Tudo isso é parte integrante da construção de identidades e estão inseridos no imaginário.

Portanto, o imaginário é “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2003. p. 43).

Assim sendo, a história cultural se propõe a compreender o campo das ideias e suas relações com a sociedade. Nesse contexto, é importante analisar numa perspectiva de gênero e utilizando os recursos da história cultural, como a política brasileira tem sido fruto de uma cultura historicamente machista enraizada nas consciências femininas e masculinas desde épocas passadas.

Foi com a mobilização das mulheres em organizações voltadas para o engajamento feminino que a mulher brasileira conquistou uma maior visibilidade na arena política de poder. Esta conquista vem se afirmando sempre que uma figura feminina chega ao Parlamento (RABAY e CARVALHO, 2010).

Dessa forma, e para melhor compreender, é preciso situar a história política no campo da história cultural. A história política por muito tempo foi entendida como

a história da diplomacia e das guerras, numa espécie de história militar. Sobre isso, Maria de Fátima Gouvêa atenta que:

A dimensão política era então admitida essencialmente a partir e através do Estado. Uma história que por um lado centrava-se nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados (GOUVÊA, 1998, p. 25).

A Nova História, da qual derivará a história cultural, se institui mediante a crítica à história tradicional. E é a partir daí, que as atividades humanas obterão mais relevância no campo de análise da história:

Não mais, portanto, o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana no plano das massas anônimas (GOUVÊA, 1998, p. 26).

É interessante ressaltar que na crítica à História política, Michel Foucault, marcou de maneira peculiar esse campo do fazer histórico. Segundo este autor, o Estado, dentro de uma anatomia do poder, passa a ocupar apenas a função de um mero foco de poder. Nesse sentido, Gouvêa afirma que exatamente por pensar as descontinuidades da história e a eliminação das dicotomias, é que Foucault contribuiu para a chamada Novíssima História onde está localizada atualmente a História Cultural (GOUVÊA, 1998).

Michel Foucault (2010, p. 221) afirma que “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado”.

Seria talvez essa a marca mais forte da Nova História Política, na medida em que o político – o Estado e suas instituições – passa a ser estudado sob essa perspectiva mais ampla que caracteriza o poder. Esse parece ser, portanto, o desafio maior que aguarda todos aqueles que buscam trabalhar na área de História Política, face a atualidade das propostas de análise presentes na área da História Cultural. (GOUVÊA, 1998, p. 34).

Já Margareth Rago, quando aborda o que seria o “Efeito- Foucault na historiografia brasileira”, trata a ideia do descontínuo, não como mudança radical, mas obtida aos poucos. Numa noção de que o passado rompe com o presente de maneira gradativa.

Foucault propôs um pensar diferente para a história, ele considerava que a história só seria efetiva na medida em que ela reintroduzisse o descontínuo. Rago afirma que muito antes do advento da história cultural, Foucault insistia na ideia de Nietzsche de que tudo é histórico, logo, tudo que é considerado humano não deve fugir do campo de visão do historiador. Assim sendo:

Fundamentalmente, Foucault projetou luz sobre campos até então ignorados pela historiografia - seja por serem considerados como “perfumarias” remetendo à superfície da superestrutura, seja simplesmente por nem sequer serem percebidos como capazes de serem historicizados - e criou expressões capazes de traduzí-los e pensá-los. É verdade que muitos destes campos e temas históricos também foram projetados por outras correntes históricas, a exemplo do conceito de cotidiano, mas não há como negar a importância que ganharam a partir dos procedimentos teóricos e metodológicos praticados por ele, a exemplo da noção da positividade do poder (RAGO, 1995. p. 70).

Para Michel Foucault, um deslocamento é fundamental para o procedimento histórico, ele propõe que se parta das práticas para o objeto e não o contrário. Dessa forma, questiona o conceito de verdade existente no universo histórico, onde a noção da coisa se dá através dos conceitos. Em outras palavras, o que antes possuía caráter de partida agora assume caráter terminal. Nesses termos, o historiador assumiria a tarefa de desconstrução para revelar as imbricadas teias que o naturalizam e o constituem. É na crítica à concepção de sujeito que o autor elabora sua concepção de história.

Diante disso, os estudos culturais, sobretudo, a história cultural tem contribuído para uma melhor compreensão de como os papéis relacionados ao gênero foram construídos socialmente em nosso país e no mundo.

Gênero tem sido desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. [...] A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual (SOIHET, 1997, p. 101).

Soihet alega que o termo gênero foi sugerido por historiadoras, estas creem que inserir estudos cujo foco seria as mulheres, não de forma isolada, mas de modo relacional, mudaria paradigmas dentro da disciplina histórica. Dessa forma, a história se transformaria numa Nova História.

Portanto, “a maneira como esta nova História iria incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria de como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise” (SOIHET, 1997, p. 101).

A categoria gênero destaca a importância de negar as oposições binárias caracterizadas como masculino e feminino que por muito tempo foram reconhecidas e legitimadas pelos sujeitos históricos.

As feministas, de acordo com a leitura de Adriana Piscitelli (1997) vêm desenvolvendo o conceito de gênero de maneira a levá-lo à desconstrução. A autora anota que o conceito de gênero é diferente daquele de sexo. O segundo supõe um princípio que “naturaliza”, enquanto o primeiro permitiria questionar certas posições teóricas já existentes.

Categorias que supostamente surgiriam das políticas de diferenças, seriam de acordo com os argumentos de Donna Haraway (*apud* Piscitelli, 1997), escondidas e submetidas à categoria de gênero. Identidades primordiais como ser homem ou ser mulher, se mantiveram intocadas, pois o sexo e a natureza não foram historiados no caráter de construção social do gênero.

Trabalhar com gênero – ao inverso das identidades de sexo – implica dar privilégio, pelo menos de maneira especulativa, a um ponto de vista que insiste sobre algumas diferenças no mesmo passo que negligenciam outras: eis a ambivalência do termo, segundo Piscitelli, presente em algumas das teorias feministas contemporâneas.

O gênero, em sua definição, não “naturaliza” relações sociais. Joan W. Scott (2001) examina o debate feminista acerca da representação política das mulheres, partindo dos movimentos e das lutas pela igualdade feminina. Aqui entram em cena discursos que investigam oposições como comunitarismo/universalismo, igualdade/diferenças, homem/mulher, dentre outras categorias. Trata-se, então, de propagar, tendo em vista a correção de antigos desvios, inteira igualdade de representação entre homens e mulheres nas instâncias políticas decisórias.<sup>1</sup>

As leis, assim, seriam capazes de corrigir as desigualdades existentes entre homens e mulheres. O movimento confrontou, de maneira direta, o republicanismo e

---

<sup>1</sup> Tidos como representantes natos do universal e do político, os homens são considerados descorporificados; as mulheres ao contrário, possuem características corporificadas e socialmente diferenciadas (NOGUEIRA, 2010).

as dificuldades paradoxais que ele demonstra diante das reivindicações paritárias, visando conduzir a uma política baseada na igualdade.

Dessa forma, as mulheres subjugadas, e vivendo à margem do sexo oposto durante longos períodos da história, buscaram enveredar pelo mundo público da política rompendo com o determinismo histórico, social, cultural e político vigente.

As mulheres, durante um longo tempo, estiveram invisíveis no campo da história, sobretudo, da história política. Não eram vistas como sujeitos da história, pois como afirma Joana Maria Pedro (2005), a antiga forma de escrever a história, dava ênfase a personagens em geral masculinos que de certa forma participaram de guerras ou governos.

Nesta perspectiva da “história de governantes e batalhas” as mulheres só eram incluídas quando ocupavam eventualmente, o trono (em caso de ausência de filho varão) ou então quando se tornavam a “face oculta” que governava o trono [...] (PEDRO, 2005, p. 84).

Nesses termos é perceptível que as mulheres se encontravam à margem das narrativas históricas tradicionais. Nesse aspecto, muitos pesquisadores e pesquisadoras vêm buscando dar destaque as vivências do cotidiano, como: os trabalhos, as resistências e as lutas das mulheres no momento passado. Objetivando trazer este sujeito da história para fazer parte do cenário que se desenha:

[...] a história era ela mesma, responsável pela produção sobre a diferença sexual. [...] A história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino, e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história (PEDRO, 2005, p. 87).

O cenário da política é ocupado majoritariamente por personagens do sexo masculino desde muito tempo. As mulheres, mais uma vez, estiveram subordinadas aos homens e destinadas à ocupação da esfera do doméstico. Educadas para serem mães e donas de casa, essas mulheres durante um tempo não transgrediram a esfera privada, permanecendo como sujeito subordinado ao sexo oposto.

A tomada de consciência feminina só foi possível quando os questionamentos acerca de sua invisibilidade política começaram a aparecer. O movimento feminista possui especial relevância nesse sentido, pois, foi por meio das lutas pelo sufrágio

universal e, conseqüentemente, lutas pela igualdade de direitos políticos com os homens que as mulheres conseguiram conquistar sua emancipação política.

Uma luta que está diretamente ligada à relação de gênero, cuja pauta envolve questões como a biologia dos sexos. Esta última tendo influenciado paradigmas onde o ser homem é estar apto a participação política e ser mulher é compor a esfera do mundo privado.

É possível afirmar que a dominação masculina se apresenta arraigada nas consciências individuais, que culturalmente são construções. E dentro dessa perspectiva, a história cultural tem procurado compreender os discursos que são tecidos acerca do papel relacionado às mulheres no campo da história e da história política.

O gênero, como afirma Joan Scott, não refletia ou implementava diferenças consideradas fixas ou naturalizadas entre os homens e mulheres, contudo, o gênero estaria ligado ao estabelecimento de significação voltados para as diferenças corporais.

Sobre isso, Joana Maria Pedro afirma que:

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero [...] Ao observarmos, como profissionais da História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as “verdades” sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente (PEDRO, 2005. p.88- 92).

As feministas, de acordo com Margareth Rago, avançam contra os conceitos que as ciências humanas trabalham, alegando que são identitários e se situam numa lógica de exclusão. É pensado num sujeito universal que remete ao modelo de homem do Mundo desenvolvido, as demais categorias que não se encaixam nesse modelo estariam deixadas de lado.

Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo

considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental (RAGO, 1998, p. 04).

Diante do exposto e baseado nos recursos oferecidos pela história cultural, esta pesquisa assume um especial interesse pelos estudos de gênero, particularmente relacionada às mulheres e suas atuações no mundo público da política partidária, sobretudo no Estado da Paraíba. Já que a compreensão do simbólico e suas interpretações se caracterizam em terreno do historiador cultural.

Na Paraíba, assim como em outros Estados brasileiros, não era muito comum a participação da mulher como sujeito de representação política. No entanto, é possível identificar a emergência de algumas figuras femininas no cenário da política partidária e de Estado nas últimas décadas do século XX, sendo Lúcia Braga, possivelmente, a que tenha alcançado maior destaque nesse momento inicial.

O nome e a imagem política de Lúcia Braga começou a ganhar visibilidade política a partir da candidatura do seu marido Wilson Braga, que se elegeu governador do Estado em 1982 (PDS). Portanto, a década de 1980 foi especialmente importante para a projeção política de Lúcia, já que nesse período, em “parceria” com a própria projeção do marido, ela pôde construir-se enquanto política, chegando a assumir cargos de relevância ao longo de sua trajetória.

Mas a trajetória de Lúcia Braga nesse território político deveu-se a um longo e difícil processo relacionado às conquistas das mulheres num campo marcado e dominado por códigos de dominação masculina. E, para entendê-la melhor, no que ela representou de avanços e reproduções em relação a tal dominação, procuraremos no próximo capítulo debruçarmo-nos um pouco sobre essa relação entre a história da política e das mulheres no Brasil.

### 3 A MULHER E A POLÍTICA BRASILEIRA

Já é século XX, mais precisamente o ano de 1932, com o novo código eleitoral que o nosso país reconhece e legitima às suas mulheres o direito, até então, negado, de sufragar nos pleitos eleitorais. Contudo, somente em 1934, sobe ao Parlamento a primeira mulher representante política. Caracterizando uma suposta igualdade de gênero nos espaços públicos de poder.<sup>2</sup>

Vejamos o que a socióloga Almira Rodrigues (2004, p. 07) nos apresenta:

A conquista das mulheres do direito de votar e de ser votada foi fruto de muita luta, em todo o mundo. Este direito foi conquistado, na quase totalidade dos países, apenas no século XX. No Brasil, o direito de voto das mulheres data de 1932, através do Código Eleitoral Provisório, e mesmo assim, com reservas (direito garantido apenas às mulheres casadas com autorização dos maridos e a algumas solteiras ou viúvas, com renda própria). Em 1934, por ocasião da aprovação da nova Constituição, foram eliminadas as restrições existentes e o voto feminino foi considerado obrigatório apenas para as mulheres que ocupassem cargos públicos. Só na Constituição de 1946, a obrigatoriedade do voto para todas as mulheres foi instituída, como ocorria para os homens.

Dessa maneira, podemos nos indagar: Por que as mulheres brasileiras estiveram tanto tempo longe dos assuntos políticos? Uma resposta possível seria dizer que nosso país está ancorado em uma cultura (política) que exclui e é sexista. Nascer mulher “significava” estar destinada para o lar, os filhos, o marido, enfim, a instituição familiar.

Nesse sentido, seria a biologia dos sexos que supostamente definiria os papéis relacionados ao gênero. O homem é considerado um sujeito ativo, que perpassa as esferas públicas (políticas) e a esfera do mundo privado, onde esta última é destinada a figura feminina. Isso está presente na teoria contratualista<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Carlota Pereira de Queiroz é eleita, em 1933, por voto popular representando o Estado de São Paulo. Tornou-se assim, a primeira mulher brasileira a ocupar uma cadeira no Legislativo do país.

<sup>3</sup> A teoria do contrato social pressupunha a inclusão de homens e mulheres, já que se apresentava como universalista. Contudo, o contratualismo privilegiou o homem como sujeito ativo do contrato, e relegou a mulher a tarefas ligadas ao lar. Nessa teoria o indivíduo proprietário é aquele que não possui nenhum tipo de subserviência e a mulher, segundo alguns teóricos que reconheceram os princípios biológicos, ligados ao corpo, como naturalizadores de papéis, se apresenta como “indivíduo” subordinado. Nesse sentido, a mulher por ser naturalmente assujeitada ao marido não seria detentora da maior virtude do indivíduo do contrato: liberdade e igualdade (Brabo, 2008).

política que legitimou a dominação masculina usando a linguagem do indivíduo proprietário.

Definir tarefas ligadas ao masculino e ao feminino baseadas na biologização dos sexos é produto de uma sociedade alicerçada no poder patriarcal. Pois, a ideia de inferioridade feminina, pode ser considerada uma construção social, cultural e política feita pelos homens e pelas próprias mulheres ao longo de toda a história.

De acordo com Pateman (1993, p. 21) ao analisar o contratualismo clássico, “a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição.” Uma liberdade usufruída pelos homens, detentores do poder político, e uma sujeição sofrida pelas mulheres reconhecidas como indivíduos subalternos.

Para Tânia Navarro Swain são as “[...] representações sociais e auto-representações, que constroem e acorrentam o feminino a tarefas e papéis limitados e estereotipados” (SWAIN, 2005, p. 337).

Podemos inferir que a mulher brasileira foi culturalmente educada para não transcender o ambiente doméstico. Nesse sentido, a autora Carole Pateman, pensa que a participação política, é de cunho educativo porque propicia um processo de capacitação e de tomada de consciência, na forma individual e coletiva, no próprio exercício da cidadania, quesito indispensável e central, do rompimento do ciclo de submissão e injustiças imposto há séculos.

É a partir da década de 1970, que o movimento feminista começa a indagar sobre os dualismos presentes na sociedade. O que resultou na inserção feminina aos espaços públicos culminando em significativas mudanças na sociedade civil moderna.

Tânia Navarro (2005), afirma que o homem é apresentado como o sujeito universal, portanto, é ele, o referente, que ancora a concepção de uma diferença sexual normativa e manifesta.

Para a autora, a política é território maciçamente ocupado pelos homens, e quando as mulheres adentram esse espaço dificilmente conseguem cargos ministeriais, estes são considerados estritamente masculinos. Deste modo, aquelas mulheres que conquistam o direito de mandato político, ainda precisam vencer mais um desafio, o de chegar às posições centrais de poder dentro do Legislativo.

Miguel e Feitosa (2009) comungam da posição assumida por Swain, quando afirmam que no âmbito Parlamentar seriam supostamente questões femininas,

assuntos relacionados ao meio social, a educação, dentre outros, enquanto seriam interesse ou projetos masculinos assuntos pertinentes ao controle do Estado e de seus recursos, bem como a distribuição de postos de exercício de poder.

Nesse contexto, mais uma vez se observa que a mulher carrega em si uma imagem extremamente estereotipada, que vem se propagando há muito tempo na história da humanidade. Pois, como afirma Paiva (2008, p. 23) “sabe-se que, historicamente, a categoria mulher se configurou, de fato, como um grupo minoritário, inserida, enquanto grupo social organizado, no interior da luta contra-hegemônica”.

De acordo com Michelle Perrot (1992), a ideia de que a política não é assunto das mulheres, que neste universo, elas não se encontram em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais.

Diante disso, é possível afirmar, que são os homens que historicamente tem sido apontados como os detentores da liberdade, e igualdade propagados como quesitos fundamentais para ser considerado indivíduos em sentido pleno.

Ancorados nos argumentos de Tânia Brabo (2008), vejamos algumas ponderações sobre o que é considerado como política. Ela pensa que é preciso ser feita uma reflexão acerca da visão que, de certa maneira, ainda se faz presente no imaginário social de que a política é um espaço fundamentalmente ocupado por legisladores homens. Essa idéia, já dissemos, é presente nos autores clássicos, bem como naqueles que a autora considera como contemporâneos.

Brabo afirma que:

Não é de hoje que as mulheres são essenciais nas campanhas políticas dos homens, agindo como divulgadoras e realizando o que se convencionou chamar de *corpo-a-corpo*. Desempenham o trabalho manual, o mais trabalhoso, e não participam das decisões dos cargos de maior poder (2008, p. 25).

Diante da assertiva da autora, podemos observar que apesar do não reconhecimento da participação política da mulher no processo de decisão eleitoral, elas estão presentes, e realizando o trabalho mais hostil.

O termo política, presente nas discussões de autores contemporâneos, conforme anota Brabo (2008) assumiu uma maior amplitude de conceito, isto é, não

está ligado, único e exclusivamente, ao aparelho de Estado, mas envolve toda a ação humana em sociedade, pois é presente o exercício de poder.

Já o termo democracia, e de acordo com os argumentos de Bobbio (*apud* Brabo, 2008), é baseado num conjunto de regras que visa uma maior participação do cidadão nas decisões de interesse coletivo, o que pode acontecer de maneira direta ou indireta.

Nesses termos, ainda segundo Brabo, é possível observar que durante a história política de nosso país o cenário foi composto por uma desigualdade de direitos que não correspondem ao ideal de democracia pretendido.

Tânia Brabo (2008, p. 28) alega:

[...] a mulher, bem como outros autores sociais, não tem seus direitos garantidos do ponto de vista prático... [assim sendo], a representação política nas democracias liberais permanece uma área de difícil acesso para um conjunto de atores sociais aos quais historicamente foi negada a cidadania.

Como dissemos anteriormente, foi com o movimento feminista e o movimento de mulheres no Brasil e no mundo que o sexo feminino começou a obter visibilidade e “garantir” sua cidadania política. Pois, como “minoria”,<sup>4</sup> a mulher marginalizada ao sexo oposto foi sujeito excluído da história, sobretudo da história política. E mesmo com o direito ao voto, o ingresso das mulheres na arena político-partidária vem acontecendo num ritmo muito vagaroso.

Nesse sentido, podemos considerar que em pleno século XXI a realidade ainda apresenta poucas mulheres que se candidatam a cargos eletivos, isso sem falar no número de candidatas que conseguem se eleger, que é menor ainda.

O último pleito proporcional (2010) demonstrou essa realidade de subrepresentação feminina, pois das doze cadeiras da Câmara Federal apenas uma é ocupada pela mulher, o que indica um percentual de 8,33% de representação. O sexo masculino, por sua vez, ocupa as demais cadeiras, acarretando em 91,67% de representantes. Na Assembleia Legislativa estadual a realidade não é diferente, são

---

<sup>4</sup> O sentido de minoria está sendo empregado aqui, se referindo a pouca visibilidade política da mulher durante toda a história do nosso país. Porém, a sociedade brasileira comporta hoje uma maior quantidade de eleitoras, ou seja, as mulheres é quem “decide” as eleições. Somos maioria no eleitorado, contudo, ainda vivenciamos um paradoxo, o da subrepresentação política da mulher.

trinta e seis cadeiras, seis ocupadas por mulheres e trinta ocupadas pelos homens, gerando um percentual de 16,67% e 83,33% respectivamente.

Pensando nessa lentidão de inserção feminina aos partidos e a disputa eleitoral é criado em 1997 no Brasil, o sistema de cotas partidárias, que supostamente traria uma maior visibilidade da mulher dentro da esfera política.

De certa maneira, a visibilidade feminina “almejada” com o sistema de cotas assumiu um caráter mais simbólico que eficaz, tendo em vista que ainda não há uma participação feminina de maneira significativa.

Dessa forma, muitas vezes a mulher se insere no partido mais como “laranja”<sup>5</sup> e não como uma concorrente política de fato. Nesse sentido, vale salientar, que as cotas destinadas às mulheres não podem ser preenchidas por candidatos do sexo oposto.

Miguel e Feitosa (2009), afirmam que há uma vasta literatura apontando para a inefetividade do sistema de cotas brasileiro. E, que em grande medida, as mulheres ainda estão sendo enxergadas como intrusas em um espaço estruturado sobre a ótica do sexo masculino. As cotas seriam mais um indício de subalternização da mulher.

De acordo com Paiva:

O Brasil ocupa o 104º lugar no mundo em representação feminina, e na América Latina fica atrás do Haiti e da Guatemala. Um dos objetivos da Lei de Cotas foi o de obrigar os partidos a investirem em candidaturas femininas, isso para contornar a suposição de que, se as mulheres quisessem ser candidatas, os partidos poderiam barrá-las. Havia a expectativa de que, uma vez instituída a Lei das Cotas, o cenário da baixa representação feminina seria substancialmente alterado (PAIVA, 2008, p. 27).

No entanto, as alterações tem sido tímidas. O percentual de 30% não tem sido preenchido pelos partidos, e o aumento de candidaturas femininas se apresenta muito discreto. Paiva (2008, p. 28), acrescenta que “os partidos políticos justificam o número reduzido com a afirmativa de que as mulheres não postulam candidaturas”.

---

<sup>5</sup> O termo laranja está empregado no sentido figurado, ou seja, fora do seu sentido real. Laranja seria uma maneira de mascarar algo ou alguma situação. Nesse sentido, quando empregado para designar o alistamento feminino nas legendas partidárias, o termo se refere ao fato de algumas mulheres emprestarem seus nomes aos partidos políticos apenas para completar a legenda e, dessa forma, mostrar que a cota por sexo está sendo cumprida. Essas mulheres não detêm competitividade no campo político, portanto, não aparecem como possíveis representantes do eleitorado feminino.

Contudo, Paiva observa que mesmo não possuindo domínio na cena pública, o fato de a mulher ter conseguido “emancipar-se” do espaço privado, fez com que ela obtivesse outros olhares. Dessa forma, poderíamos falar de uma imposição da fala feminina na arena política de poder.

Vale salientar, que o processo de entrada da mulher brasileira no cenário político atual foi longo e difícil, pois a cidadania no nosso país era inicialmente atributo masculino.

O movimento de mulheres no Brasil vem adquirindo corpo desde meados da década de 1970, quando se acentua a temática feminista no país. O movimento se mostrou como uma maneira de resistir aos ditames políticos, que mantiveram o público feminino distante desse campo. Segundo Barsted (1994, p. 39) “com a redemocratização, esses movimentos, com identidades já constituídas, passaram a dialogar com o Estado, funcionando como sujeitos políticos e, desta forma, consolidando-se como campos de poder”.

Reivindicando a cidadania política, dentre outras questões, o movimento feminista e/ou movimento de mulheres tinha como questionamento além das estruturas de poder do mundo público, as estruturas ligadas ao espaço do mundo privado.

Nesse sentido, “buscava-se resgatar a História feminina, construir uma identidade específica, discutir as experiências de outros países, firmar demandas próprias, denunciar a opressão da mulher” (Barsted, 1994. p. 40).

Nessa busca por construir a história da mulher e da mulher na política, é que foi conquistada a cidadania da mulher brasileira. A década de 1980 possui especial relevância no que se refere às conquistas das mulheres.

Nesse período foram criados órgãos que visaram melhorar o bem-estar da mulher ao reconhecer, que o público feminino precisava de políticas públicas que de fato, garantissem que todos e todas são considerados iguais em direitos e deveres. Foram criadas, por exemplo, delegacias da mulher, no intuito de garantir que a violência doméstica pudesse ser denunciada. Sobre isso, Barsted destaca:

- o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), elaborado em 1983 e incorporado formalmente à estrutura do INAMPS em 1986;
- o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985, definindo um amplo campo de atuação interministerial, junto ao movimento de mulheres, Poder Legislativo, Poder Judiciário, governos estaduais e mídia;
- os Conselhos

Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, criados a partir de 1983; - as Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, criadas a partir de 1985; - os abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e os cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia, criados a partir de 1985. (BARSTED, 1994, p. 43-44).

Podemos afirmar que com essas iniciativas, o Estado situava a mulher brasileira como detentora de direitos, evidenciando a existência de um diálogo entre o movimento de mulheres e o próprio Estado:

Historicamente, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que estabeleceu o diálogo com o Estado, o movimento de mulheres se fortaleceu internamente. Cresceu o número de organizações de mulheres, calculado, hoje, em mais de quatro mil, abrangendo grupos autônomos, ONGs, Centros de Estudos da Mulher nas Universidades e organismos governamentais. O fenômeno das ONGs de mulheres representou uma estratégia de institucionalização do movimento feminista que possibilitou a manutenção de ações de curto e longo prazos, sistematização de atividades, maior mobilidade e poder de diálogo com o Estado e com outras esferas da sociedade (BARSTED, 1994, p.47).

Dessa forma, o movimento feminista vem se afirmando por todo o Brasil, levantando a bandeira de luta por igualdade de direito entre os sexos, refutando a naturalização dos papéis sociais, enfim construindo uma identidade de gênero.

Fato é que ainda estamos longe de uma completa paridade de representação entre os sexos. No entanto, é possível perceber que a participação política feminina tem crescido notadamente ao longo do tempo em todo o país, o que demonstra uma abertura nos espaços anteriormente caracterizados como espaços estritamente dominados pelo sexo masculino, o representante por natureza, do mundo público do poder.

O homem era o ser universal, aquele que podia caminhar livremente entre as esferas, do público e do privado, que inicialmente alicerçaram a sociedade civil moderna.

Na Paraíba, a trajetória feminina na política local não foi algo de muita facilidade, contudo, podemos observar que a mulher paraibana vem paulatinamente adentrando nesse espaço de dominação masculina desde o Brasil colônia.

Um forte aliado na busca pelo sufrágio feminino na Paraíba foi o movimento feminista, expresso na Associação Parahybana pelo Progresso Feminino – APPF,

fundada em fevereiro de 1933. Porém o primeiro grupo feminista do estado teve origem, de fato, em 1978, foi o Centro da Mulher de João Pessoa, depois chamado Grupo Feminista Maria Mulher caracterizando a chamada segunda onda do movimento (RABAY; CARVALHO, 2011).

Nas eleições que aconteceram depois da ditadura Vargas, uma mulher paraibana disputou o Parlamento, mas não obteve êxito. No âmbito federal nas eleições que se seguiram nenhuma mulher na Paraíba disputou vaga. No entanto, no campo estadual, as candidatas femininas se apresentaram ao eleitorado da época, mas sem sucesso, não chegaram a vencer eleições.

Durante um longo tempo a mulher brasileira e paraibana esteve fora dos espaços públicos de poder. Foi a partir da década de 1980 e com o fim do regime militar no país que houve uma ascensão dos movimentos sociais e claro do movimento feminista que havia sido “silenciado” durante a ditadura.

A esse respeito Rabay e Carvalho afirmam:

A década de 1980 marca o retorno da democracia, do debate na política, da garantia dos direitos civis, das eleições livres, da reorganização partidária. Com o fim do bipartidarismo, que vigorou durante a ditadura, novas organizações partidárias surgem no cenário político brasileiro disputando o apoio popular, a simpatia de lideranças feministas e o apoio do movimento de mulheres, em processo de organização desde 1975. Por conseguinte, as plataformas eleitorais se adaptaram ao processo de abertura política e começaram a contemplar, com maior frequência, as questões trazidas pelos, assim chamados, novos movimentos sociais, entre os quais o feminista (RABAY; CARVALHO, 2001, p.87).

É no momento de redemocratização do Brasil que as mulheres conseguiram obter um pouco mais de espaços dentro dos partidos políticos e programas governamentais.

Em 1982 na Paraíba, Wilson Braga se elege governador e sua irmã Vani Braga (PDS) é a primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa Estadual. Podemos afirmar que o Estado da Paraíba demorou certo tempo para poder eleger uma figura feminina como representante política.

Lúcia Braga, esposa de Wilson Braga, também se inseriu no mundo político. Talvez porque desde menina conviveu com autoridades políticas do Estado, pois seu avô era desembargador e homem de conhecimento, além de ter sido uma figura admirada por Lúcia.

No ano de 1986 quando acontecem as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte o número de mulheres que conseguem se eleger para a Câmara Federal é significativo se comparado com os pleitos anteriores. Porém, ainda representam uma minoria. Nesta eleição Lúcia Braga (PFL) se elege deputada federal pelo Estado da Paraíba, se tornando a primeira paraibana eleita para a Câmara Federal. Ainda nesse ano, e num universo de 20 candidatas, sua cunhada Vani Braga (PFL), é vitoriosa e mais uma vez consegue uma cadeira na Assembleia Estadual. Geralda Medeiros, representante do PMDB, também se elege (RABAY; CARVALHO, 2011).

No ano de 1990, na Paraíba, se candidataram a Câmara Federal 173 homens e apenas seis mulheres, dentre elas está Lúcia Braga representando o PDT e consegue sua reeleição. Para o Legislativo Estadual, na mesma época, se candidataram dezessete mulheres e 217 homens, a candidata Vani Braga que também representava o PDT, foi vitoriosa junto com a candidata Terezinha Pessoa do PFL (RABAY; CARVALHO, 2011).

É no pleito de 1994 que na Paraíba, pela primeira vez, uma mulher se candidata ao governo do Estado. Lúcia Braga se propõe governar a Paraíba e se lança candidata pelo PDT, mas não obteve sucesso. Porém, nas eleições do ano de 2002, Lúcia se candidata mais uma vez, como deputada federal, e é reeleita.

Podemos afirmar que a trajetória política de Lúcia Braga já vinha se desenrolando desde antes de sua primeira candidatura a cargos eletivos, ela fora figura importante na vitoriosa campanha de Wilson Braga, quando este almejava o cargo de governador estadual. Engajada no Movimento de Ação Feminina (MAF), Lúcia Braga declara que seu trabalho na campanha do esposo foi mesmo prá valer e afirma que Wilson também era dono de um grande carisma e de uma trajetória política sempre a serviço da Paraíba e de seu povo. (BRAGA, Jornal "O Norte" 25/11/82).

Criado em maio de 1981, o Movimento de Ação Feminina, foi extremamente importante nas eleições de Wilson Braga. Na época, tendo Lúcia Braga à frente, o movimento formava quase um partido, pois contava com mais de 5.000 mulheres só na capital paraibana. Os interiores, como Bayeux, Campina Grande, Patos, Guarabira, dentre outros, possuíam diretórios do MAF (BRAGA, Jornal "O Norte" 25/11/82).

Foi realizado um trabalho, nos bairros, nas favelas e nos comitês. Havia em João Pessoa, 50 comitês, espalhados pelos bairros cada um com uma líder. Nesse sentido, o MAF representou na década de 1980 na Paraíba, uma participação relevante das mulheres numa campanha política.

Lúcia Braga declara em matéria do jornal “O Norte” (25 de novembro de 1982) que, “a mulher irá participar ativamente do governo de Wilson Braga, não somente na execução do seu programa social, mais influenciando também nas decisões”.



**Lúcia Braga**  
**Fonte: Jornal o Norte - 1982**

Lúcia procurava então o apoio feminino, como estratégia e identificação política com uma categoria social que foi tão oprimida durante toda a história política da Paraíba e do Brasil. Em seus discursos, ela costumeiramente procurava demonstrar ou reforçar que as mulheres seriam suficientemente capazes de adentrar nesse ambiente geralmente freqüentado pelo sexo masculino.

Nesse período, os discursos feministas se propõem mais livres dos tradicionais papéis de gênero. As mulheres estão se preocupando menos com a maternidade e pensando mais na sua própria sexualidade que sempre fora reprimida pelo modelo patriarcal de família, refletido no Estado e na sociedade. A década de 1980 foi, em particular, um divisor de águas na implantação de projetos e políticas sociais para as mulheres, em especial no combate à violência, com a criação da Delegacia de Mulheres, e da saúde feminina, que entrecruzava temas como planejamento familiar, sexualidade e aborto, pautas de maior destaque nas agendas feministas do período.<sup>6</sup>

Em parte, possibilitada a sua visibilidade também por conta dos debates dessas questões, da crescente pressão dos movimentos sociais, em particular do feminismo, para uma mais efetiva e maior presença feminina nos cargos eletivos, a carreira política de Lúcia Braga não deixa de refletir parte desses caminhos. Mas até que ponto ela se inscrevia nesse território das lutas organizadas de mulheres no país? Afinava-se com as bandeiras do feminismo? Sua presença em campos do legislativo e do executivo representavam essa ruptura que esperava-se da presença de mulheres no campo da política?

Essas são algumas questões possíveis de serem pensadas a partir do próprio modo como ela recorta e narra sua trajetória política, seja na imprensa, ou em especial no livro “Tempo de Viver, Tempo de Contar”. Narrativas estas que procuramos explorar um pouco mais nas próximas páginas.

---

<sup>6</sup> Ver a respeito: PINTO, Célia Regina. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

#### 4 LÚCIA BRAGA E UMA POLÍTICA DE “CONCILIAÇÃO” DE PAPÉIS FEMININOS

Na década de 1980 o Brasil começava um processo de redemocratização, que buscava por fim ao ciclo de Ditadura Militar no país. Nesse período os movimentos sociais antes existentes, porém, “silenciados” pelos militares, ressurgem com a proposta de trazer à cena aquelas categorias marginalizadas, dentre elas, está o movimento feminista e/ou movimento de mulheres:

No início da década de 1980, o movimento feminista, agora ampliado como movimento de mulheres, foi elemento ativo da grande frente contra a ditadura e a favor do restabelecimento democrático (BARSTED, 1994, p. 41).

Além de questionar as estruturas públicas de poder, o movimento de mulheres também interrogava as estruturas privadas da sociedade, isto é, a família e as relações entre os sexos, objetivando denunciar todas as formas de opressão e subordinação historicamente construídas.

Com o direito ao voto conquistado em 1932, as mulheres do Brasil agora reconhecidas como cidadãs vão adentrando nos espaços públicos de poder, ainda com muita resistência masculina. Vale dizer que as mulheres são consideradas um dos últimos grupos sociais que conseguiram o direito ao voto.

Grande parte das mulheres que conseguem atravessar as barreiras do machismo, da dominação masculina e, conseqüentemente, do preconceito de gênero, passando a caminhar no ambiente político é em sua maioria oriunda de famílias políticas, isto é, mulheres cujo pai, avô, irmão ou esposos são políticos, “tendem” a enveredar nesse campo:

Como grupo em posição de desigualdade estrutural, historicamente subordinado, as mulheres não possuem as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 33).

Dessa maneira, quando as mulheres conseguem se eleger, ficam subordinadas às relações patriarcais de dominação, além de manter o poder da oligarquia em questão. Nesse sentido, há uma reprodução do modelo masculino de fazer política:

[...] sem ter que enfrentar grandes obstáculos, e sendo protegida, no espaço público, pela força dos homens da família, a mulher, aparentemente, não nega o papel feminino tradicional ao adentrar esse novo espaço (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 36-37).

Essas mulheres carregam um capital cultural internalizado a partir da família. Existem enquanto representantes femininas, mas nem sempre lutam pelo interesse das mulheres, sendo influenciadas pelos valores ideológicos masculinos de poder:

Desse modo, na política e na família, elas ficam subordinadas às relações patriarcais de dominação, ao mesmo tempo em que contribuem com a estratégia de manutenção do poder oligárquico (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 35).

O Nordeste brasileiro carrega essas características, isto é, a família influencia na maioria das vezes na manutenção do poder tradicional que diferencia os papéis de homens e mulheres. Contudo, existem mulheres que mesmo começando na política por intermédio da família, representado, a exemplo, na figura do marido, consegue atingir uma grande projeção política.

Pode-se dizer que esse é o caso de Lúcia Braga. Uma figura de destaque na política paraibana. Ela representa as primeiras rachaduras do sistema político tradicional que permeou a sociedade – não podemos falar de uma completa quebra com o tradicionalismo político, pois ainda hoje é visível a pequena quantidade de mulheres engajadas no campo político, em todo o território brasileiro.

Lúcia, em seu livro “Tempo de Viver, Tempo de Contar” tece uma narrativa sobre sua vida política e familiar. Nascida em 13 de dezembro de 1934 em João Pessoa (RABAY; CARVALHO, 2010), ela fala de uma infância de travessura e alegria correndo pelos espaços da casa de seu avô materno, o desembargador – Joaquim Eloy Vasco de Toledo, onde viveu por um longo tempo. Estudou em colégio de Freiras Nossa Senhora de Lourdes (Lourdinhas), formou-se em Serviço Social e casou-se com Wilson Braga, que já era engajado na política, em sete de outubro de 1961.

Depois do casamento, Lúcia iniciava sua trajetória política na Paraíba, ainda não como candidata, mas como esposa de candidato. Lúcia Braga afirma que não tinha dotes para a política quando da primeira candidatura de seu esposo para deputado estadual:

Na primeira eleição de Wilson para deputado estadual, após nosso casamento, eu não sabia pedir um voto. Os eleitores de Conceição já iam para a urna com as chapas prontas e quando eu ousava, timidamente, perguntar o nome de seus candidatos e entregar-lhes a nossa chapa, não me davam o mínimo de atenção (BRAGA, 1996, p. 57-58).

Este depoimento confirma que as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores das campanhas políticas eleitorais. Aprendiam a pedir votos, e a levar o nome de seus candidatos ao eleitor. Só não eram consideradas visíveis na cena política como detentoras de capacidades representativas.

A esse respeito Rabay e Carvalho alegam que:

A exclusão das mulheres da direção pública e da representação política, ao longo da história precedente, não significa que elas tenham estado ausentes do jogo político. Antes e depois de conquistarem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando os homens na organização de partidos, comitês e campanhas eleitorais, bem como nos movimentos populares. Na representação legislativa e executiva é que sua participação é recente (RABAY; CARVALHO, 2010, p.13).

Acostumada a morar em Brasília por conta dos mandatos de Wilson Braga como Deputado Federal, em sua narrativa Lúcia lembra que não reagiu bem à possibilidade de candidatura do esposo ao governo da Paraíba, dizendo temer pela adaptação dos filhos que já estavam tão envolvidos naquela cidade, onde moravam há um tempo. Contudo, depois de questionar a decisão do marido, e, percebendo o quanto ele aspirava àquela candidatura, ela começa a preparar os filhos para aquela mudança na vida de toda a família.

As preocupações de Lúcia com meio social, com as situações de risco em que viviam as pessoas residentes nos bairros periféricos da capital paraibana, bem como o trabalho que desenvolveu durante a campanha de Wilson Braga – ao governo do Estado – junto às mulheres desses bairros e interiores, enfim, esse trabalho assistencialista que a primeira dama prestou a Paraíba, rendeu-lhe num momento posterior uma popularidade relevante no campo político.

Na campanha de Wilson Braga ao governo do Estado, ela faz um trabalho de base junto às mulheres da periferia e dos interiores através do MAF – Movimento de Ação Feminina – fundado em maio de 1981.

É através das reuniões nos comitês do Movimento que as mulheres de políticos e senhoras que, muitas vezes, nunca haviam discutido política, interagem e discutem estratégias para alcançar a vitória de Wilson Braga. Nesse sentido, Lúcia Braga afirma que as mulheres tiveram participação ativa na campanha de seu esposo ao governo do Estado e considera que:

O trabalho desenvolvido pelo MAF ajudou a criar uma maior consciência política na mulher paraibana, que participou ativamente do nosso trabalho, levantando a bandeira da vitória e conclamando a família paraibana para a campanha contra a violência dos nossos adversários, que, na realidade e lamentavelmente, deram uma demonstração de descontrole e desespero, através de agressões verbais e físicas, durante toda a campanha política. Acredito, portanto, que o MAF, foi um dos baluartes da nossa vitória (BRAGA, Jornal "O Norte" 25/11/82).

Desempenhando papéis de mãe, esposa e dona-de-casa, nossa figura política, consegue estar ao lado do marido na sua luta em busca da vitória, arregimentando votos e apoiando-o como uma esposa dedicada. Segundo ela afirma, entrou na luta completamente, de corpo e alma. Entendia que a mulher deveria ser companheira em toda extensão do termo e, dessa forma, participava ativamente da vida de Wilson, porém na medida em que se sentia solicitada. Sobre isso, ela conta que:

Foi quando comecei a fazer pronunciamentos, primeiro nas reuniões fechadas, depois nos comícios de mulheres, ousando, ao final da campanha, discursar nos grandes comícios, onde as maiores lideranças do partido se faziam presentes. A minha voz também se unia à deles, ainda titubeante e nervosa, pois não tinha nenhuma experiência de palanques. Somente sabia extravasar a minha sensibilidade para com o povo de forma espontânea e autêntica (BRAGA, 1996, p. 76-77).

O discurso de Lúcia Braga corrobora a maneira como a maioria das mulheres se inserem no ambiente político, isto é, através das famílias, como já mencionamos anteriormente.

Mesmo diferenciando em ideologias, Lúcia pontua que ela e Wilson, mantiveram um casamento de respeito mútuo. Quando ela assume a Funsat – Fundação Social do Trabalho – objetivando realizar um trabalho de assistência junto

às camadas menos favorecidas da população, afirma que mesmo não tendo muito espaço, fará um trabalho de base, e que assumir suas convicções políticas poderia não ser interessante para o seu casamento:

[...] tal fato destruiria meu casamento. Aqui na Paraíba há um componente cultural machista muito forte e desejo paz com o meu marido. Por isso dentro do limitado espaço que terei, vou fazer o possível para realizar um trabalho de base (BRAGA, 1996, p.78).

É possível, em passagens como essa, perceber que a dominação masculina sustentada pela cultura que sugere ser o homem o sujeito universal está bem presente. O que caracteriza na visão de Foucault as relações de poder existente no corpo social:

As relações de poder estão talvez entre as coisas mais escondidas no corpo social. [...] quando nos voltamos para os indivíduos, a que só encontremos o poder em suas cabeças (sob forma de representação, aceitação ou interiorização) (FOUCAULT, 2010, p.237).

Envolvida com as atividades que desenvolvia no governo do marido, Lúcia Braga assume que:

Jamais passara pela minha cabeça fazer política partidária, muito menos exercer um mandato eletivo. Minha atuação se limitava, até então, em ajudar o meu marido. E agora, no seu governo, sentia-me comprometida com o povo e responsável em contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida (BRAGA, 1996, p. 88).

Porém, como o espaço político ocupado pela primeira dama do Estado era limitado, ela atuou segundo as circunstâncias impostas. Acredita ter tentado construir na Funsat “a imagem da cidadania plena, fundada em conceitos de justiça social e equidade” (BRAGA, 1996, p. 89).

Dessa forma, o perfil de Lúcia Braga traçado pela imprensa paraibana é da mulher de ação que conseguiu alcançar numa campanha eleitoral o público mais marginalizado e trazê-los ao debate político.

Ainda se tratando de ideologias políticas, quando da candidatura de 1984 para a presidência da República, já praticamente no fim da ditadura militar, Lúcia Braga pela primeira vez discordou publicamente das convicções de seu marido. Ela

externou apoio ao candidato Tancredo Neves, justificando simpatizar com suas ideias, enquanto Wilson Braga declarava apoio político a Paulo Maluf:

O meu ideário democrático falou mais alto nesse momento de decisão cívica. [...] Esperava, há muito tempo, pela abertura democrática e a minha adesão a Tancredo Neves foi a forma que encontrei para um início de libertação, para a defesa dos meus princípios, por tanto tempo reprimidos (BRAGA, 1996, p. 106).

Quando da decisão de apoiar Tancredo Neves, Lúcia demonstra ter consciência de que aquela atitude simbolizava um rompimento com a cultura de dominação masculina que durante séculos propunha a submissão e o silêncio da mulher sob a vontade do marido soberano. Contudo, ela esforça-se em reiterar, que admite que seu companheiro jamais impediu que defendesse suas ideias, suas esperanças e suas certezas.

Estavam em lados opostos politicamente e Lúcia se percebia num momento de conflito. A esse respeito declarou:

Eu tinha dois caminhos: como esposa bem comportada e obediente, calava o meu sentimento favorável à candidatura do Doutor Tancredo e levava de volta para casa toda a frustração do meu silêncio; ou divergia do meu marido, para anunciar que repudiava o seu candidato, instalando, assim, o primeiro impasse político da história da instituição matrimonial neste país (1996, p. 109).

Mesmo diante de uma situação difícil e optando por seguir seus ideais, Lúcia Braga informa que seu casamento sempre manteve o respeito, mas reconhece que era preciso tomar tal atitude para que pudesse caminhar com os próprios pés.

Dessa forma, Lúcia Braga foi construindo sua imagem política junto à população paraibana, ao ponto de circularem abaixo-assinados requerendo a candidatura dela para deputada federal. E assim o fez, segundo ela, aceitando o desafio lançado pelas comunidades para que continuasse na vida pública.

[...] as associações comunitárias começaram a se organizar e lhes emprestei todo o apoio possível. Daí o desejo do povo organizado para que eu permanecesse na política. Fui compensada pela fidelidade às pregações da campanha, através do trabalho desenvolvido frente à Funsat. O povo paraibano me elegeu deputada constituinte em 1986 (BRAGA, 1996, p. 102-103).

Reconhecendo que o espaço político paraibano e, brasileiro, carrega traços da dominação masculina que exclui a mulher durante séculos, a nossa figura em questão faz observação a respeito das dificuldades enfrentadas em decorrência da discriminação e o preconceito de sexo.

Características como emoção, prazer, afetividade são pensadas como inerentes ao sexo feminino; o homem, por sua vez, representa o poder, o controle a racionalidade e quando as barreiras impostas à mulher no mundo público se rompem, estas precisam se afirmar como sujeitos capazes de fazer parte daquele espaço que lhes era negado. Uma afirmação que só se tornará efetivamente possível quando houver mudanças, sobretudo, na maneira como a educação disciplina os sexos.

Quando Lúcia Braga chega a Câmara Federal, traz na bagagem uma história de discriminação e perseverança, pois sua candidatura não foi bem vista pelos correligionários de Wilson da época da campanha. A ideia de supremacia masculina existente nas cabeças desses políticos não os deixava ver que as conquistas dos movimentos sociais – o movimento feminista, especialmente – estavam trazendo a mulher para o debate público.

Pelo visto, a indignação pela candidatura da esposa de Wilson Braga era latente e se apresentava até mesmo nos comícios durante a campanha.

No tocante a isso, Lúcia comenta que:

Nos comícios eu era a última a ocupar o microfone, por conta das ameaças de alguns políticos ao meu marido, de largar a campanha se ele me desse maiores chances. Isso, afora as difamações e fofocas engendradas em torno do meu nome. Tinha que aceitar as condições sufocando a revolta, pois Wilson era candidato ao Senado e precisava do voto daqueles que me discriminavam. Mesmo assim, a Paraíba me elegeu para a Câmara Federal, onde tive a oportunidade de participar de um grande momento histórico da vida nacional deste país – a elaboração da nova Constituição de 1988 (BRAGA, 1996, p. 122).

A discriminação que Lúcia conta ter sofrido durante a campanha não a impediu em 1986 de obter a vitória eleitoral, que supostamente já havia conquistado junto à população paraibana. O trecho acima também demonstra um momento de

conflito na vida dela, pois precisou calar-se diante do preconceito em prol de seu esposo, em nome da candidatura dele.

Lúcia informa que assim como ela, na Assembleia Nacional Constituinte – ANC – também havia outras mulheres buscando ultrapassar os obstáculos impostos às suas vidas políticas, muitas passavam por momentos conflitantes dentro do casamento, onde as opiniões eram divergentes politicamente.

Ela segue:

Como eu, algumas companheiras na Assembleia Nacional Constituinte romperam grilhões, rebelaram-se contra posições políticas tradicionais, contestando algumas o autoritarismo dos maridos, para obedecer aos ditames das suas consciências (BRAGA, 1996, p. 123).

Sem o apoio do seu partido na época da ANC, o marido de Lúcia conforme diz assumiu uma postura de admiração com relação a ela:

É preciso que eu faça justiça ao meu marido. Quando falo nos obstáculos que enfrentei para me afirmar na ANC, sempre me refiro ao PFL, pois Wilson Braga adotou uma postura admirável de respeito aos meus posicionamentos, mesmo quando estes não coincidiam com o seu ponto de vista. Isso me surpreendeu nele, nordestino de cultura machista (BRAGA, 1996, p. 129).

Ainda na década de 1980, mais precisamente em 1988, Lúcia Braga candidata-se a prefeitura da capital paraibana e sua candidatura é interrompida pelo acidente de sua filha Patrícia. Wilson Braga assume o posto de candidato e se elege prefeito de João Pessoa, baseado na popularidade de sua esposa:

Estávamos em 1988. Eu era candidata à Prefeitura de João Pessoa, com amplas chances de vitória. Em face da tragédia, desisti de concorrer. [...] o meu percentual no Ibope era de 70% de aceitação popular. Wilson [...] havia se candidatado em meu lugar, ganhando as eleições com apenas quarenta e cinco dias de campanha. [...] havia sofrido muitas pressões de políticos para não retirar a minha candidatura (BRAGA, 1996, p. 130-131).

A administração de Wilson, foi muito bem vista, conta Lúcia. No entanto, dessa administração, afirma ela, que participou pouco, pois estava envolvida nos cuidados com a filha e ainda completando o mandato de deputada federal.

No ano de 1990, Wilson se apresenta como candidato ao governo do Estado e sua esposa candidata à Câmara Federal. Lúcia consegue se eleger, porém, o

mesmo não acontece com Wilson. Ela alega que ele foi alvo de perseguição por parte do Sistema Correio da Paraíba, que fazia oposição.

Dois anos depois (1992) ela é convocada pelo povo e pelo partido a novamente disputar a prefeitura de João Pessoa. “Em 1992, o povo e o meu partido, o PDT, me convocavam de novo para a disputa eleitoral, rumo à Prefeitura de João Pessoa” (BRAGA, 1996, p. 153).

Alegando ser consciente de que poderia dar certo, Lúcia Braga entra na luta, chegando a obter 60% de favoritismo na opinião pública. Contudo, seus adversários entraram com uma ação de impedimento, onde alegavam parentesco com o titular. A questão obtém resultado positivo no TRE, mas no Tribunal Superior Eleitoral não acontece o mesmo (BRAGA, 1996).

Nessa campanha, o esposo de Lúcia havia se eleito vereador com uma expressiva quantidade de votos, e ela alega que foram as urnas da periferia que mais uma vez, deram lhes a vitória numa quase unanimidade.

Lúcia atribui seu insucesso na campanha ao governo do Estado (1994) às discriminações e agressões propagadas pelo Sistema Correio da Paraíba. Numa espécie de violência simbólica.

A década de 1980 traz uma gama de mudanças sociais e políticas, representando o momento em que a sociedade brasileira e, sobretudo, paraibana está começando a construir os espaços para a participação das minorias. Espaços, que ainda possuem certa resistência de participação pelos sujeitos sociais, é o caso das mulheres, que como vimos, ainda não possuem na contemporaneidade a igualdade política. Maioria no eleitorado, no entanto, minoria representativa.

A figura de Lúcia Braga na história política paraibana se apresenta neste íterim, como personagem que adentra em um cenário até então maciçamente dominado pelo sexo masculino, conseguindo se legitimar, a ponto de alcançar uma projeção política relevante, por vezes, maior que a de seu próprio esposo.

Vale salientar que Lúcia conhecia aspectos da luta das mulheres por afirmação na sociedade como sujeito detentores de direitos. Sabia da importância das mulheres conseguirem seu espaço no meio social e político, pois havia sentido na pele o que é ser mulher num ambiente onde a maioria dos ocupantes são homens.

Viveu a experiência da discriminação e do preconceito de gênero que assegura a existência de papéis sociais determinados ao indivíduo mediante seu

sexo. Ela pensa a cultura como propagadora dessa subordinação feminina quando diz: “[...] ainda predomina no sistema cultural vigente o preconceito contra o nosso sexo” (BRAGA, 1996, p. 120).

Contudo, se por um lado, Lúcia se afirma sintonizada com a luta das mulheres pelo fim da desigualdade entre os sexos, por outro, se distancia desse ideário feminista, quando das diversas concessões que faz para manter um bom casamento.

Sua presença no campo do legislativo e executivo significou uma ruptura com o tradicionalismo político de caráter machista. Nesse sentido, Lúcia consegue mostrar que é bem possível e, como querem as feministas, as mulheres assumirem a postura de representantes políticas.

Porém, como sua via de inserção política estar representada na família, Lúcia, apesar de divergir do esposo em vários momentos de sua trajetória no mundo público, não traz em sua plataforma uma política de relevância às questões próprias levantadas pelo movimento feminista, como o aborto, por exemplo, que na década de 1980 já estava na pauta do movimento.

Sendo assim, é possível considerar que a política desenvolvida por Lúcia Braga, estar alicerçada numa constante “conciliação” de papéis femininos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou compreender o processo de inserção política feminina a partir de um viés cultural, que se caracterizou no Brasil e, especialmente, na Paraíba através da figura de Lúcia Braga na década de 1980.

Nesse processo, observamos que o Movimento Feminista e /ou Movimento de Mulheres possuiu extrema relevância, pois interrogou o sistema político vigente, trazendo à cena, depois de batalhas, a categoria feminina.

Nas leituras realizadas, percebemos que um dos meios de inserção política das mulheres, são as famílias onde já existem políticos. Algumas vezes, elas são lançadas no ambiente público em substituição de algum parente homem que não possa candidatar-se, quando isso não ocorre, elas herdaram capital político da família. Notamos que é difícil enxergar nessas mulheres, políticas voltadas para sua categoria, estão representantes femininas, mas não possuem, na maioria das vezes, plataformas políticas que contemplem as questões feministas em busca de emancipação da mulher.

Lúcia Braga emerge no campo político, num contexto de redemocratização pelo qual passava o país na década de 1980, onde os discursos feministas se propunham mais libertos dos tradicionais papéis de gênero, e as mulheres buscavam viver mais sua sexualidade, se preocupando menos com a maternidade, o que supostamente seria algo de sua “natureza” feminina.

Ela se insere na política paraibana, através de seu marido que já era político no Estado. Vimos que desenvolveu um trabalho de base junto a periferias de João Pessoa e diante de ações assistencialistas durante o governo de Wilson Braga, Lúcia alcança uma visibilidade política de destaque, que também é propagada pela imprensa local.

Observamos também, através das memórias de Lúcia que sua inserção na política como competidora não se deu tão facilmente, ela alegou ter sofrido uma série de discriminações e preconceitos por ser mulher.

Na realização do trabalho, percebemos que Lúcia Braga mesmo tendo consciência de estar num espaço vivenciado há mais tempo pelo sexo masculino, não teve receio de defender suas convicções políticas. Contudo, numa constante aliança de papéis, procurou manter o lado público e o privado de sua vida em harmonia.

## REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **Em busca Do tempo perdido**: mulheres e políticas públicas no Brasil, 1983-1993. Revista Estudos Feministas, (CIEC/ Escola de Comunicação UFRJ) n. especial (outubro), pp. 38-54. 1994.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Democracia, representação e política. In. **Gênero e Poder Local**. São Paulo: Humanitas, 2008.

BRAGA, Lúcia Navarro. **Tempo de Viver, Tempo de Contar**. João Pessoa: A União, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

FOUCAULT, Michel. O Olho do Poder. In. \_\_\_\_\_ **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A História Política no Campo da História Cultural. Revista de História Regional. [online], v.3, n.1, Verão, 1998. Disponível em: <http://www.revistas2.uepgbr/index.php/rhr/article/view/2051> Acessado em: 17/01/12.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. **O gênero do discurso parlamentar**: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº 1, 2009.

NOGUEIRA, Maria Janilma Pereira. **O Novo Contrato de Carole Pateman**. João Pessoa, 2010. 46f. Monografia (Graduação em ciências sociais) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

O Nosso Trabalho foi mesmo pra valer. **O NORTE**, João Pessoa, 25 de Novembro de 1982, Caderno Feminino, p. 1.

PAIVA, Raquel. **Política**: palavra feminina. Rio de Janeiro: Mauad X. 2008.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PERROT, Michelle. Mulheres. In.\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Autêntica. Belo Horizonte, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas, in Neuma Aguiar. **Gênero e Ciências Humanas, desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: história de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Participação da mulher no Parlamento brasileiro e paraibano**. *ORG & DEMO* (Marília), v. 12, n.1, p. 81-94, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/776/677>  
Acessado em: 25/05/12.

RABAY, Glória. **Em nome do pai** – Mulheres e herança política. *Fazendo gênero* 9. 23-26 de agosto de 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278279121\\_ARQUIVO\\_Emno\\_medopai.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278279121_ARQUIVO_Emno_medopai.pdf) Acessado em: 12/01/12.

RAGO, Margareth. **O Efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In. Joana Maria Pedro; Miriam Grossi (orgs.) – **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RODRIGUES, Almira. **Participação Política das Mulheres e Gestão em políticas de gênero**. Brasília: CEFEMEA, 2004.

SCOTT, Joan W. **La querelle des femmes no final do século XX**. Florianópolis: Estudos Feministas, vol. 9, nº 2. 2001.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um debate. In. Neuma Aguiar. **Gênero e Ciências Humanas, desafios as ciências desde a perspectiva das Mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta? In. Diva do Couto Gotijo Muniz; Tânia Navarro Swain (orgs). **Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Ed Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <http://www.tre.gov.br> Acessado em: 20/05/12.